



Série II

Nº 4

MINIPA

20/3/76

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO

REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

(DISTRIBUIÇÃO GRATUITA)

EDITORIAL

KAZUKUTA — *um produto do capitalismo*

As relações de produção capitalistas criam um tipo de homem. As relações de produção socialistas, porque estruturalmente diferentes daquelas, criam um homem também radicalmente diferente. O Homem do socialismo é diferente do Homem do capitalismo.

No regime capitalista as pessoas vivem buscando desesperadamente a riqueza e temem cair a todo o momento na pobreza. Impera o espírito de concorrência. O mais forte economicamente dita leis e subjugua desapidadamente o mais fraco. O egoísmo, o individualismo e a sede de enriquecer não importa à custa de que meios, dominam o Homem deste regime.

O trabalho é uma armadilha para o trabalhador. Este sente que não trabalha para si, mas para enriquecer uma minoria, a classe burguesa. O trabalho longe de ser um estímulo torna-se num martírio diário para o trabalhador, nomeadamente o trabalho físico que é considerado trabalho inferior. E por força das próprias leis que regem internamente o capitalismo, o desemprego é uma ameaça cruel que paira, a todo o momento, sobre quem trabalha. Porque as instituições de beneficência são em número bastante reduzido e não são para quem mais precisa. Daí a preocupação doentia de enriquecer.

O Homem desempregado vê-se privado de ganhar os meios para o seu sustento. Mas tem de ganhá-los de qualquer forma. Para viver. Então rouba. Mata. Assalta. Embriaga-se, droga-se, suicida-se quando não consegue o sustento, para fugir à dura realidade que o cerca. As mulheres normalmente, vêm-se obrigadas a vender o corpo para poder viver. Surgem os marginais.

Em Angola existem inúmeros marginais. Eles são mais um produto do regime capitalista que herdámos do colonialismo português.

Indivíduos que roubam viaturas, assaltam pessoas e moradias, matam, que não trabalham mas que querem viver bem, que se embriagam, que se prostituem, que são indisciplinados, que fazem disparos por dá cá aquela palha, que não acatam as ordens dos seus supe-



(Cont. na pág. 11)

A REALIDADE EM REVISTA

“ASPECTOS SOBRE MOÇÂMEDES”

Alguns camaradas de Moçâmedes que durante o tempo de ocupação inimiga se refugiaram em Luanda, vieram ao Ministério da Informação expor os seus problemas.

Assim um dos camaradas presentes começou por afirmar que teria havido um acordo entre a Comissão Directiva e os restantes elementos que se encontravam na cidade, de Luanda, em relação ao regresso imediato da população para aquela Província.

E prosseguiu dizendo:

«Todavia, tal decisão não foi cumprida, por motivos que desconhecemos até à presente data, na medida em que não nos foi dado nenhum esclarecimento. Esta situação causa-nos imensos problemas, porque, naturalmente alguns camaradas tiveram de deixar os empregos, na expectativa de regressar à sua terra de origem, o mais depressa possível, conforme promessa da Comissão Directiva.

Entretanto isso não aconteceu, originando por conseguinte, uma situação de injustiça entre os camaradas



funcionários, a quem o Estado continua a pagar os vencimentos até à data do embarque, e os outros camaradas que se encontravam temporariamente a trabalhar em empresas e que a partir do momento que lhes foi anunciada a data do regresso, deixaram de trabalhar e por conseguinte, não recebem os seus vencimentos.

Existem também alguns camaradas, que trabalham aqui em diversos Ministérios e que se encontram desempregados em Moçâmedes, porque ainda não se encontram formadas as delegações ministeriais para cada Província.

Nós que ainda permanecemos em Luanda, não sabemos quando iremos regressar a Moçâmedes. É um problema que tem de ser resolvido. Ultimamente temos ouvido dizer que Moçâmedes não tem condições. É o que, nos sabe dizer a nossa Comissão Directiva.

Ora nós sabemos que as condições, não é a terra que as faz. Se não regressarmos, para começar a tra-

balhar, para reconstruir, nunca Moçâmedes poderá ter, condições.

O problema prioritário, que pretendemos apresentar aqui é a ineficácia da Comissão Directiva: isto não é uma queixa, mas sim um caso que já há muito gostaríamos de apresentar.

Temos dificuldades em todos os caminhos para resolver os problemas que surgem. Por isso, decidimos formar um Comité de Acção, para resolução dos problemas prioritários e fomos considerados divisionistas porque tínhamos feito reuniões para a formação de grupos para resolução dos nossos problemas.

Esta iniciativa competia à Comissão Directiva, que foi ultrapassada pela espontaneidade das massas populares, que se organizaram em grupos, em Comités de Acção, para melhor resolução dos seus próprios problemas.

A nossa missão é acabar com os problemas entre a base e a cúpula. Porque só bem entendidos e bem esclarecidos, poderemos trabalhar em comum. Enquanto continuarmos desentendidos e com todos estes problemas, não trabalhamos, porque cada um puxa para o seu lado, e isso vai dificultar todo o trabalho.

Para se evitar que isso aconteça, antes de partirmos de Luanda, queremos levar directrizes certas. Precisamos até, caso seja possível, reunir com o nosso camarada Delegado na presença de um membro do Governo. O País está numa fase de reconstrução e não podemos ter problemas desta natureza.

Durante o período de ocupação inimiga, onde é que os camaradas se encontravam?

Resposta: Estávamos todos cá, incluindo os elementos da Comissão Directiva. Tanto mais que na nossa fuga, houve problemas, porque dois dias antes, o inimigo ainda estava em Sá da Bandeira. E nós em Moçâmedes, em vez de reforçarmos ou tentar reforçar as nossas forças, não; os camaradas da Comissão Directiva foram os primeiros a fugir. Quando nos apercebemos, estavam todos lá no aeroporto, mais as respectivas famílias, porque pretendiam aproveitar o avião militar que lá se tinha deslocado em missão de serviço.

Eles estavam a pensar, concerteza que o MPLA só podia ser a Comissão Directiva e que, por isso, só a mesma teria o direito de abandonar o território, e que todo o povo poderia lá ficar que não haveria problemas de espécie alguma.

Nós saímos, fomos à Delegação do MPLA e lá encontrámos os camaradas que estavam a fazer milícia, os grupos de acção e a população que estava vigilante. Nós vimos realmente um movimento bastante estranho, perguntámos pelos camaradas da Comissão Directiva e disseram-nos que esses camaradas estavam no aeroporto. Pedimos uma boleia e fomos então ao aeroporto e encontrámos os camaradas que já tinham todas as coisas arrumadas e pergutámos o porquê da sua fuga, e quem é que não precisava de fugir, numa situação daquelas.

Se os camaradas sabiam que o inimigo já estava cá dentro, pelo menos, deviam avisar a população e

(Cont. na pág. 11)

SOLIDARIEDADE MILITANTE NA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

O Camarada Presidente Agostinho Neto, depois da sua primeira visita como Chefe de Estado à República Popular do Congo, iniciou no passado dia 14, uma viagem histórica a alguns países africanos que na medida do possível têm contribuído para o avanço da nossa luta anti-imperialista.

Com efeito, o Presidente da República Popular de Angola, a convite do seu homólogo, guineense, Camarada Sekou Touré, visitou a Guiné-Conackry. Esta visita do nosso Presidente para além de ter constituído uma verdadeira manifestação de solidariedade revolucionária, mais um passo de aproximação dos Povos Angolano e Guineense, foi sob o ponto de vista político, uma visita importantíssima porquanto, o Camarada Presidente, teve a possibilidade de contactar e discutir juntamente com Fidel de Castro, Luís Cabral e Sekou Touré, revolucionários bem conhecidos do nosso Povo, problemas que dizem respeito à luta da África, nomeadamente a luta que o Povo Angolano trava neste momento contra o Imperialismo Internacional.

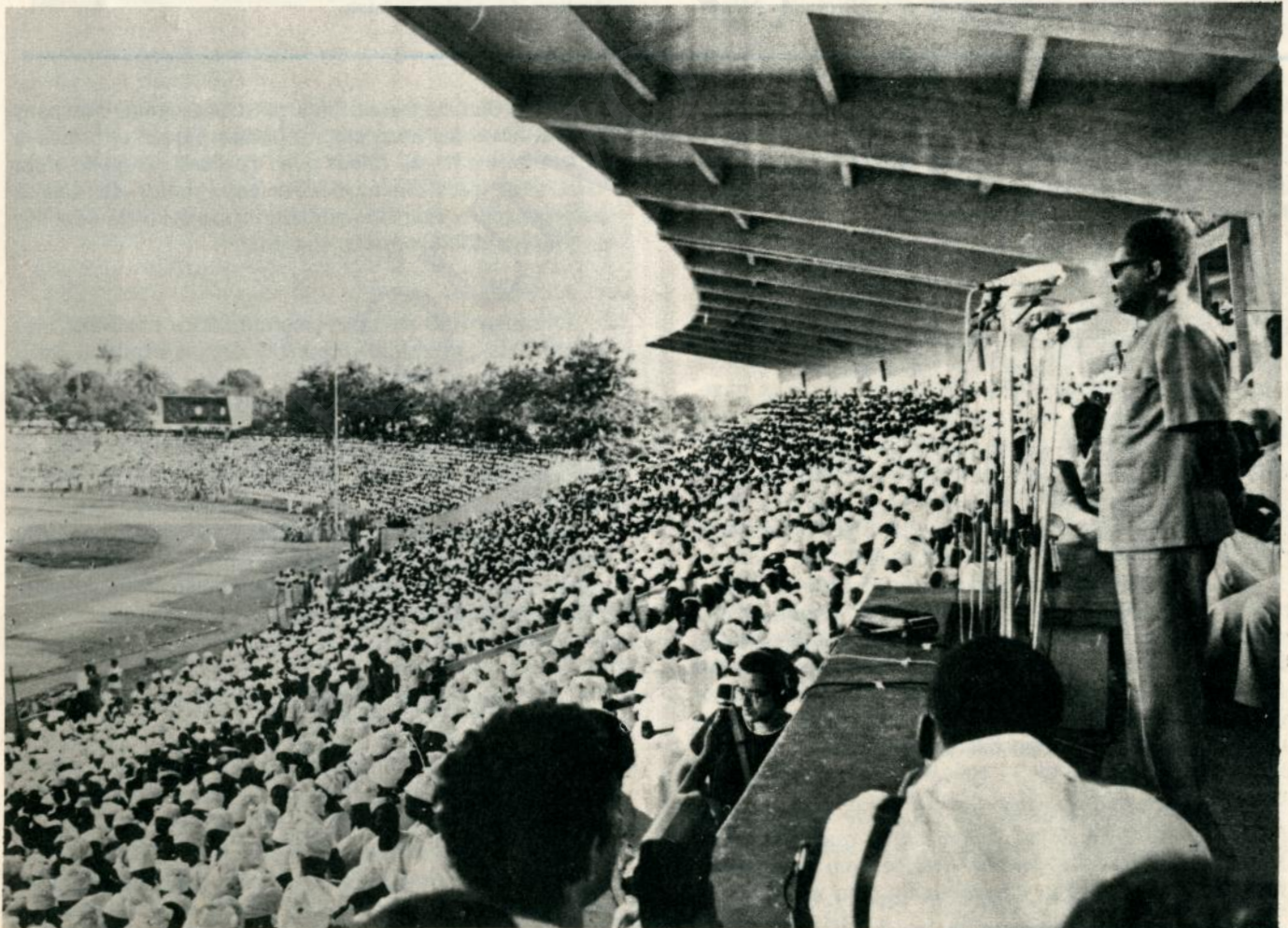
Na Cimeira Histórica de Conackry em que, Cuba, Guiné-Bissau e Guiné-Conackry estiveram representados pelos seus respectivos «leaders», Fidel de Castro, Luís Cabral e Sekou Touré, foi confirmada ao Presidente Neto, «a decisão de fornecer ao Governo da Re-

pública Popular de Angola toda a ajuda que lhe for necessária para atingir e manter a completa independência para a qual o MPLA e o Povo Angolano sacrificaram tantas vidas numa batalha longa, firme e heróica na qual estão engajados não somente a causa de Angola mas também os destinos dos Povos da Namíbia, do Zimbabwé e da África do Sul e, ainda mais, o destino da África inteira».

Depois de Conackry, o Camarada Presidente Agostinho Neto, partiu para a Guiné-Bissau onde foi recebido em apoteose.

A viagem oficial do Guia e Educador do Povo Angolano à República da Guiné-Bissau, teve um alto significado histórico pois que ela se realizou num momento em que as nossas armas que derrotaram o Colonialismo Português, são neste momento também, vitoriosas sobre o Imperialismo. Esta vitória entretanto, só foi possível graças à vontade férrea do nosso Povo e à ajuda desinteressada das forças progressistas do Mundo. Este facto mostra-nos uma vez mais que não podemos lutar isoladamente. Como afirmou o Camarada Presidente «não podemos ser independentes se não

(Cont. na pág. 4)



O Camarada Presidente Dr. Agostinho Neto usando da palavra durante o comício realizado no Estádio «28 de Setembro» em Conackry, na República da Guiné

(Concl. da pág. 3)

ligarmos os nossos destinos aos dos outros Povos da África e do Mundo».

Durante a curta permanência em Bissau, o Presidente da República Popular de Angola afirmou ainda que a luta dos dois povos não havia ainda terminado dado que «os imperialistas não cessaram nem cessarão os seus ataques. Os imperialistas vão tentar infiltrar os seus agentes dentro dos nossos países, os imperialistas vão tentar destruir as esperanças dos povos que hoje são independentes. E nós, nestas circunstâncias, teremos de construir as nossas Pátrias. Temos de as construir sobre bases novas de modo a evitar a exploração do homem pelo homem». Ainda dentro deste contexto prosseguiu: «não podemos mais consentir nas nossas Pátrias que homens explorem outros homens, sejam eles brancos, sejam eles pretos, sejam eles mestiços. Ninguém mais pode ter o direito de explorar outros homens». Estas foram as palavras do Camarada Agostinho Neto; palavras simples claras que todos entenderam. Palavras que mostraram ao Povo irmão da Guiné-Bissau a vontade do Presidente Neto de ver estabelecidas de uma vez para sempre, relações mais justas entre os homens não só em Angola mas em toda a África e no Mundo inteiro.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE OS CAMARADAS SEKOU TOURÉ, AGOSTINHO NETO, LUÍS CABRAL E FIDEL DE CASTRO, EM CONACKRY.

Após o encontro entre os Presidentes Agostinho Neto, Sekou Touré, Luís Cabral e o Primeiro Minis-

tro do Governo Revolucionário de Cuba, Fidel de Castro, foi divulgado o seguinte comunicado conjunto:

«Sob convite do Presidente Ahmed Sekou Touré, reuniram-se a 15 de Março de 1976 em Conackry capital da República da Guiné, Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola, Fidel de Castro Primeiro Ministro do governo revolucionário de Cuba, e Luís Cabral, Presidente da República da Guiné-Bissau.

A reunião foi organizada considerando o facto que o exercício da solidariedade internacional para com a causa da independência nacional de Angola determinou a presença em território angolano de efectivos militares dos três outros países.

A reunião examinou a situação da luta do povo angolano contra a intervenção da África do Sul, constatou as importantes vitórias que determinaram a libertação da quase totalidade do país e tomou as resoluções apropriadas sobre a estratégia comum a seguir na colaboração que será necessária para com o Povo Angolano, no seu esforço para a libertação total a que tem direito.

Cuba, a Guiné, a Guiné-Bissau confirmaram ao Presidente Neto a decisão de fornecer ao governo da República Popular de Angola toda a ajuda que lhe for necessária para atingir e manter a completa independência para a qual o MPLA e o povo angolano sacrificaram tantas vidas numa batalha longa, firme e heróica na qual estão engajados não somente a causa de Angola mas também os destinos dos povos da Namíbia, do Zimbabwé e da África do Sul e ainda mais, o destino da África inteira.

(Concl. da pág. 7)

— Ah não! Vadios da escola, não! Malandros, vadios de musseque! Se já se viu esta falta de respeito! Negros: Todos iguais, todos iguais...

A voz irritada da professora sentia-se cá fora. O Zeca Silva chorava a dor do amigo num canto da varanda, não sabia mesmo o que ia fazer para lhe ajudar naquela hora. Não gostava mentir, essa coisa de aldrabice, nunca que fazia, a mãe sempre lhe gabava por si mesmo, menino leal não falava nunca as mentiras, aquilo que ele fazia tanto faz é bem, tanto faz é mal, ele acusava e agora, naquela hora era melhor mesmo mentir, era ainda a maneira do amigo levar menos, não lhe correrem da escola, e por isso tinha dado aquele outro bilhete, ele é que tinha-lhe escrito depressa, aproveitando a confusão.

Era o Zito mesmo que estava a levar com as palmatoadas do director, ouvia-se cá fora o barulho, mas nem um grito, nem um soluço mais, só as falas zangadas e raivosas da professora cambuta, chamando-lhe de negro malandro, mostrando o bilhete que ele, Zeca Silva, escrevera ela tinha pernas gordas, para salvar o amigo da escola, o amigo das brincadeiras e de trocar coisas.

O recreio estava acabar, o contínuo ia mesmo tocar a campainha. Zeca Silva pensou então que não podia deixar assim o Zito sozinho fechado no quarto do director, sem ninguém, abandonado com as dores.

Os outros todos entraram na classe e ele saiu então na casa de banho, onde tinha-se esquivado da professora e do director e deu a volta à casa da escola.

No jardim da frente tinha pardais a cantar nos paus e nessa hora das onze um sol bonito e quente, brincava às sombras com as folhas e as paredes. Trepado num vaso alto, Zeca Silva, o coração a bater de alegria parecia ia-lhe saltar do peito empurrou a janela de vidro do quarto do director e chamou:

— Zito!

O amigo veio devagar, desconfiado e medroso, mas quando viu era ainda a cara do Zeca a espreitar, quis pôr um riso no meio do choro calado mas não conseguiu. Desatou mesmo a chorar com toda a vontade.

— Zito, deixa não chores. O bilhete está aqui, o nosso bilhete está aqui. Ela não lhe apanhou, aquele era outro.

Desamarrotando uma bolinha de papel, mostrou no amigo o pequeno bocado do caderno de uma linha onde, com a letra gorda e torta dele, Zito Makoia tinha escrito durante a lição:

«ANGOLA É DOS ANGOLANOS»

Devagar, trepando na cadeira sem barulho, recebeu o bilhete, guardou-lhe bem no calção e pôs outra vez na mão do amigo as três balas vazias que luziram, amarelas na pele cor de rosa de Zeca Silva.

Mirando o amigo afastar-se com depressa no passo dele, pequeno de pardal, Zito Makoia deixou correr as lágrimas no meio do riso grande que lhe enchia o coração e engoliu atralhado, o ranho que corria no nariz e lhe deixou na boca um bom gosto de mel.

A Escola Nova cria o Poder Popular

As lutas e os sacrifícios que foram necessários fazer para que Angola fosse um Estado soberano e independente, não tiveram como objectivo simplesmente o fim da dominação estrangeira, portanto do colonialismo português no nosso País, mas também a criação de um Homem Novo, a reconquista da nossa personalidade angolana, para fazer ressurgir a nossa cultura e para criar uma mentalidade nova.

O colonialismo foi não só um sistema de utilização da força de trabalho das massas oprimidas em benefício da burguesia colonial, da classe no poder,



mas também de completa dominação económica, social, política e cultural.

Durante a época colonial-fascista, as massas populares não tinham a mínima possibilidade de defenderem por exemplo, a sua personalidade própria, a sua cultura. Em toda a sociedade colonial dominava uma cultura que nada tinha a ver com a realidade do nosso País.

Perante essa situação de total domínio, a Escola, era mais um instrumento de defesa dos interesses coloniais, um destacamento para difundir as ideias da dita «Civilização Ocidental» cujo objectivo era formar nos angolanos uma mentalidade inteiramente voltada para a Europa.

O acesso à escola era extremamente difícil para a maioria do Povo Angolano, por um lado devido a situação de desigualdade económica e social em que viviam as massas oprimidas, por outro lado devido à própria discriminação racial. Somente alguns angolanos, os chamados «assimilados», apesar da opressão e da repressão que também se abatia sobre eles, conseguiam mandar os seus filhos à Escola.

As autoridades coloniais, alarmadas com o avanço decisivo da luta armada de libertação nacional, não só em Angola como também nas outras ex-colónias portuguesas, decidiram, para salvarem os seus interesses de exploração do Homem pelo Homem, abrir apressadamente muitas escolas pelo País. À primeira vista parecia ser um benefício para o Povo Angolano. A abertura em massa dessas escolas tinha como objectivo fazer crer ao Mundo que Portugal, ao contrário

do que se dizia, estava interessado na defesa do Homem Angolano; que não praticava qualquer injustiça social sobre as massas oprimidas. Porém, a realidade era bem diferente. Essas ESCOLAS, como tantas outras, eram veículos da ideologia colonial-fascista, difundiam as ideias do colonialismo.

Como herança de toda esta situação, resulta que a maior parte do Povo Angolano (cerca de 90%), constituída por operários e camponeses, é analfabeta.

No campo da Educação, o combate enérgico contra o analfabetismo é a tarefa mais urgente que temos que cumprir para que as massas populares possam marchar conscientes e organizadas rumo à instauração de um Estado de Democracia Popular.

A Lei da Nacionalização do Ensino, é o primeiro passo para a Democratização do Ensino em Angola. Essa Lei acaba com o ensino como privilégio de algumas classes sociais. O Ensino a partir de agora passa a ser público e gratuito. Salvo casos especiais, o Ensino só poderá ser exercido pelo Estado. A Escola não será mais um privilégio da burguesia colonial, de alguns burgueses nacionais e dos chamados «assimilados». A Escola será do Povo.

A Lei n.º 4/75, de 9 de Dezembro, prevê ainda a ligação da Escola à produção. Esta medida tem por fim criar no aluno (e também no professor) a consciência de um trabalhador; valorizar o trabalho manual, elevar o nível de consciência política dos operários e dos camponeses; dar as massas trabalhadoras conhecimentos científicos necessários para a transformação da Natureza e da Sociedade.

A Produção colectiva e organizada, quando ao serviço do Povo, cria nos homens o espírito de interajuda, de camaradagem, liberta a iniciativa criadora das massas combatendo a produção exploradora, transforma-se numa base organizativa do Poder Popular.

A transformação da Escola Velha, instrumento da opressão colonial, numa Escola Nova que liberta o homem do obscurantismo, da ignorância nas letras e aumenta o nível de consciência política das massas populares, exige do professor uma certa preparação ideológica, um engajamento, uma dedicação ao processo revolucionário. Em Angola, para que essa transformação se concretize é urgente que, fundamentalmente, os monitores de Posto e os professores de Posto — aqueles que mais sofreram durante o colonialismo — porque estão em contacto mais directo com os operários e camponeses, assumam e interiorizem a ideologia científica das massas populares, que estudem e apliquem correctamente a linha política do MPLA.

Professor e aluno, dirigindo colectivamente a Escola, devem estabelecer entre si relações de camaradagem baseadas no método democrático da crítica e autocrítica. Pelo seu exemplo e ensino o professor contribui para a formação de uma nova mentalidade no aluno. O aluno combinando o Estudo com a Produção, identifica-se com as classes trabalhadoras e aumenta o nível da sua consciência Revolucionária. A Escola Nova liberta, assim, a iniciativa criadora das massas populares e cria o Poder Popular.

«CADA CIDADÃO QUE SABE LER SERÁ OBRIGADO A ALFABETIZAR PELO MENOS UM ANALFABETO»

(Ministro da Educação, camarada ANTÓNIO JACINTO)



cultura



Povo

Na mesma hora que a professora chegou, já tinham-lhes separado. Mesmo assim arrancou para o meio dos miúdos e pôs duas chapadas na cara de Zito. O barulho das mãos na cara gordinha do monandengue, calou a boca de todos e mesmo o Fefo, conhecido pelo riso de hiena, ficou quietinho que nem um rato.

— Miúdos ordinários, desordeiros! Quem começou? — e a fala irritada da mulher cambuta e gorda, fazia-lhe ainda tremer os óculos na ponta do nariz.

Ninguém que se acusou. Ficaram mesmo com os olhos no chão da aula, fungando e espiando os riscos que os sapatos tinham desenhado no cimento durante a confusão. Raivosa, a professora deu um puxão na manga de Zito e gritou-lhe:

— Desordeiros, malcriados! És sempre tu que arranjas complicações!

— É ele mesmo! — e essa acusação do Bino obrigou toda a gente a gritar, apontando-lhe, sacudindo o medo de respeito que a professora trazia quando chegava.

— Foi ele, sô pessora! Escreveu coisas...

— É bandido. O irmão é terrorista!

E os gritos, os insultos escondidos, apertam-se à volta de Zito Makoa enquanto a professora sacudia com força mesmo o braço para ele confessar. O miúdo, gordinho e baixo, balançava parecia era boneco e não chorava com soluços, só as lágrimas é que corriam pela cara arranhada da peleja que tinha passado.

A confusão tinha começado mesmo no principio da escola quando Chiquito, um miúdo amarelinho como brututo e óculos de arame como era sua mania, xingou Zeca de amigo dos negros, por causa da troca da manhã. É que Zeca e Zito eram amigos de muito tempo, desde a 1.^a a escola era a mesma e os dois gostavam sair nas aulas para acaçar os pássaros nas barrocas das Florestas, antes de Zito Makoa, que estava morar no Rangel, ficar no largo da estátua, esperando a carrinha da borla do só Aníbal, naquela hora das seis quando o povo saía do serviço.

Sempre trocavam as suas coisas, lanche do Zeca era para Zito e doces de jinguba ou quicuérria do Zito era para Zeca. Um dia mesmo, na 3.^a, quando Zito adiantou trazer uma rã pequena, caçada nas águas das chuvas na frente da cubata dele, o Zeca satisfeito, no outro dia deu-lhe um bocado de fazenda que tirou no pai. Eram esses çalções que Zito vestia nessa ma-



Povo cultura

ZITO M

DA 4.^a C

nhã quando chegou no amigo para lhe contar os tiros no musseque e corrigir ainda os deveres, como era mania antiga.

— Sente, Zeca! Te trouxe três balas! Zeca Silva olhou à sua volta, desconfiado como ele não tinha, e riu depois:

— Vamos ainda na casa de banho. Se esses sacristas vão ver, começam com as manias deles!

Aí mesmo é que Bino lhes espiou. Da janela, como tinha a mania, e até costumava espreitar a professora e tudo. Viu Zito mostrar as três balas vazias, amarelas, a brilhar na palma da mão dele cor de rosa, e Zeca Silva — esse amigo dos negros, sem vergonha! — desembulhar ainda com cuidado, o carrinho de linhas caqui.

Toda a miudagem foi avisada, esse velho truque do bilheteinho passou na sala e assim que a campainha do recreio gritou, na confusão da brincadeira da saída atrás da professora, Bino pôs logo um soco nas costas de Zito.

— Poça, negro! Não vês os pés dos outros?

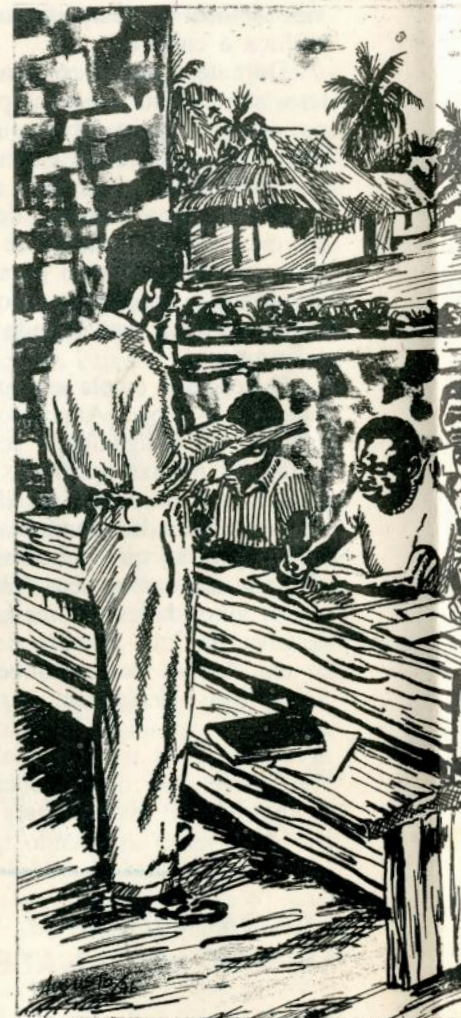
Era mentira ainda, Zito estava na frente, não podia-lhe pisar. Isso mesmo refilou o Zeca logo, adiantando no meio dos dois. E aí Zito sorriu seu sorriso gordo e tirou o amigo.

— Deixa só, Zeca! Procura ainda. Chegou

Riu Bino, riu de cin de mais velho e arregan

— O quê? Queres branco!

E todos os miúdos se os mais atrevidos satisfe do Bino, pondo rasteiras mas o rapaz ria sempre. era, mesmo que o Bino



70



cultura



MAKOA,

CLASSE

Esse gajo anda-me a hora!
 na da sua estatura achou-lhe:
 pelejar? Ponho-te
 guiram atrás deles, atos com as partes s para o Zito cair. Cagunfas ele não o era mais velho

e mais alto não fazia mal. Sempre pelejava lá em cima com os outros monandengues nas areias vermelhas do musseque onde estava morar e por isso mesmo lhe adiantaram chamar de Makoa: curtinho e gordo, mas força como ele, só esse peixe no anzol.

Foi ele que pôs a primeira bassula no Bino e atacou-lhe logo um gapse mesmo no pescoço, mas os outros amigos do miúdo — eram três — quando viram, saltaram em cima do Zito e surraram-lhe socos,

pontapés e tudo e mesmo os outros que estavam de fora não quiseram desapertar, falavam era mesmo bem feito, esse miúdo tinha o irmão terrorista, todos sabiam, e o melhor era partir-lhe a cara dessa vez para não abusar.

E nessa hora que lhe apontaram com o dedo, mostrava a cara dele chorando das chapadas da professora não era da dor não, era da raiva desses sacristas, quatro contra um, mesmo com o Zeca depois a defender-lhe, tinham-lhe machucado o lábio e no nariz e ainda por cima punham mentiras na professora:

— Verdade, só pessora. Eu vi o papel!

— Não sei o que ele escreveu, mas ele e o Zeca Silva têm a mania de escrever essas coisas que não nos deixam ler.

A professora virou-se depressa, balançando as gorduras e chamou:

— Zeca Silva!

O berro encheu a sala e o miúdo levantou da carteira onde estava esquivado desde o princípio da conversa. A mão dele, rápida, amachucou um papel pequeno.

— Vem cá, malandro. Tenho que me queixar ao teu pai, para ele saber a prenda que tem. Anda cá, aproxima-te!

Zeca veio devagar, enxotando o cabelo dos olhos, guardando a mão no bolso. Os outros cercaram-lhe à volta da professora cambuta e Bino aproveitou para dar-lhe ainda um empurrão. No meio daqueles miúdos todos, arranhados e despenteados, ficou o Zeca com os olhos pousados no chão, o Zito Makoa chorando de raiva e a professora.

— Mostra já o bilhete que escreveram. Depressa!

— Não escrevemos bilhete nenhum...

— É mentira, é mentira, a gente viu! — as falas pareciam gritos de corvos à volta do monte de lixo.

— O bilhete depressa! — e afastou-se para tirar o ponteiro.

Sucedeu um mexer rápido, a roda ficou mais grande à volta dos miúdos e a primeira ponteirada bateu certinha, como era técnica da professora, na orelha do Zeca, mas ele não falou ainda.

— O bilhete, uma! O bilhete, duas!...

E as ponteiradas continuaram a bater-lhe na cabeça e no ombro. Foi aí que Zito Makoa pôs-lhe na frente e levou ele com a quarta pancada.

— Dá ainda, Zeca. Não importa.

Desta vez o Zito caiu com o puxão da professora mas levantou logo. O bilhete já saía do bolso do amigo e a cambuta lia, encarnada, encarnada parecia era pau de tacula, para perguntar no fim com voz diferente:

— Quem escreveu isto? Foste tu, negro?

Zito nem teve mais tempo de se defender. As chapadas choveram de toda a parte e quando a professora acabou, levou-lhe pelas orelhas no gabinete do director da escola. Atrás de Zito chorando, os outros miúdos acompanham-lhe, uns com cara de maus, outros satisfeitos com aquela surra.

(Cont. na pág. 4)



Povo cultura



A estratégia do imperialismo em África

I — INTRODUÇÃO (Continuação do número anterior)

Portanto, o fosso existente entre países capitalistas avançados e países dependentes constitui, assim, a consequência inevitável do sistema capitalista e este fenómeno só poderá ser convenientemente interpretado em toda a sua dimensão graças à teoria económica marxista que, adoptando o ponto de vista do proletariado, não está, por isso, interessada em ocultar ou mascarar uma situação de nítida exploração e nos permite resumir-la do seguinte modo:

a) O desenvolvimento dos países capitalistas avançados dos nossos dias apoiou-se, desde o início, na subjugação e exploração dos países do «Terceiro Mundo». Nestes últimos, as sociedades que existiam foram, em grande parte, destruídas e, em seguida, reorganizadas para servir os objectivos dos conquistadores.

As riquezas transferidas para os países avançados foram, nestes, uma das suas principais fontes de desenvolvimento.

b) As relações estabelecidas entre os dois grupos de países — comércio, investimentos e, mais recentemente,

a chamada ajuda — foram organizadas de tal forma que garantem o desenvolvimento de um e conduzem ao atraso do outro.

c) Não há absolutamente nada de misterioso na existência deste fosso ou no seu alargamento. Uma e outra são consequência da estrutura do sistema capitalista.

É à luz destes conceitos que se poderá compreender o atraso económico actual de grande número de países africanos que, tendo embora ascendido à «independência», enveredaram por uma via neocolonialista, continuando a sua economia a ser dirigida e organizada para satisfazer as exigências do capitalismo internacional, sendo estas, portanto, que definem o tipo de estrutura da sua economia, e não as necessidades essenciais dos seus povos.

Não admira, pois, que o Imperialismo utilize todas as armas ao seu alcance, desde a corrupção de dirigentes nacionais até à intervenção armada, no sentido de conseguir instalar em África governos que lhe permitam continuar a explorar as riquezas deste continente, impedindo aos seus povos o controlo efectivo da economia nacional.

II — ANGOLA

Vimos, no nosso artigo anterior, que o sistema capitalista, em determinada fase do seu desenvolvimento, se viu obrigado a lançar-se numa política de além-fronteiras, tendo definido como imperialismo essa fase do sistema capitalista.

Foi justamente uma necessidade de expansão económica que levou os países industrializados da Europa a estenderem o seu domínio aos territórios africanos. E foi na Conferência de Berlim, em 1885, que teve lugar a última partilha política dos territórios coloniais em África. Como resultado desta conferência, os territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau ficaram na posse de Portugal, constituindo as suas mais importantes colónias africanas.

Durante séculos, Portugal não dedicou grande atenção aos seus territórios coloniais. Somente com a declaração de independência por parte do Brasil, grande colónia portuguesa na América do Sul, se registou, em 1823, uma mudança na política colonial portuguesa, tendo Portugal, a partir de então, concentrado a sua atenção nas colónias africanas, a fim de compensar a perda do Brasil, até aí, o grande fornecedor de riquezas. Na altura em que Portugal se viu obrigado a concentrar as suas atenções nas colónias africanas, deparou com a oposição das grandes potências coloniais como a Grã-Bretanha, a França e a Bélgica, que, em virtude do seu desenvolvimento industrial, começavam também a estar interessadas nessas colónias. No entanto, na Conferência de Berlim de 1885, as pretensões de Portugal em relação às suas colónias africanas foram apoiadas pela Grã-Bretanha, pois, tendo em vista as viagens de exploração levadas a cabo por

Brazza e Stanley para os governos francês e belga, respectivamente, aquele país receava ser expulso de África e, ao apoiar a posição portuguesa, pretendia afastar este perigo, uma vez que Portugal não passava de uma semi-colónia da Grã-Bretanha.

Cinco anos após a Conferência de Berlim, em 1890, Portugal perdeu o território entre Angola e o actual Moçambique, em favor da Grã-Bretanha, por um ultimatum. Assim se completou a partilha da África Austral entre as potências coloniais europeias. Todos os chefes nativos foram «convidados» a submeterem-se a esta nova e arbitraria distribuição do território. Assim, a história da África Austral tem sido a história da resistência contra a dominação colonialista. Portugal, em particular, deparou sempre com forte oposição por parte das populações a que fez frente organizando as chamadas «campanhas de pacificação» que mais não eram do que campanhas militares destinadas a liquidar as aspirações de independência dos povos das colónias. Em Angola, as principais «campanhas de pacificação» tiveram lugar de 1906 a 1919, trazendo consigo 13 anos de luta árdua.

Vencido militarmente, o Povo Angolano não deixou, no entanto, de oferecer resistência, embora não armada, resistência essa que se intensificou após a instauração do repressivo Estado Novo em Portugal, em 1926, que colocou Salazar no poder. Contudo, o centro de resistência deslocou-se «das hierarquias tradicionais, que se tornaram instrumentos dóceis nas mãos

dos portugueses, para indivíduos e grupos» (1), oriundos essencialmente de uma elite africana bastante reduzida, os chamados «assimilados», que, a despeito de determinados privilégios que lhes eram concedidos pelo regime colonial, em face da exploração desumana do seu Povo, se constituíram em associações políticas que lutavam pela Independência nacional. Exactamente, o MPLA foi fundado em 1956, resultando da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e de outras organizações nacionalistas. Esta fase de resistência não armada do Povo Angolano prolongou-se até 4 de Fevereiro de 1961, data em que militantes do MPLA atacaram algumas prisões de Luanda, onde se encontravam detidos alguns dos principais dirigentes nacionalistas.

Muito habilmente, o imperialismo internacional fomentava o aparecimento da UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), movimento que, como o próprio nome indica, tinha uma base tribal. Mais tarde, como a designação denunciava claramente os propósitos tribalistas desta organização, foi suprimida a palavra Norte, surgindo então a UPA (União dos Povos de Angola). Em 1962, a UPA passou a designar-se FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) que, em 5 de Abril do mesmo ano, em Kinshasa, proclamava o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), tendo como presidente Holden Roberto. Este homem, lançado na cena política internacional pelo Presidente da Guiné Conakry, Sekou Touré, mantinha, desde há muito tempo, relações íntimas com os Serviços de Informação norte-americanos. Mas vejamos as informações publicadas pelo quotidiano norte-americano «New York Times» de 20 de Dezembro de 1975, e confirmadas por inúmeros senadores e deputados que recolheram confidências de altos funcionários do Departamento de Estado e da CIA:

«Desde 1961 que Holden Roberto, chefe da FNLA, é agente da CIA a troco de um salário anual de 10 000 dólares pagos para colher e transmitir informações aos Serviços de Informação norte-americanos. Em Janeiro de 1975, o «Comité dos 40» da CIA, presidido por Kissinger, dá 300 000 dólares a Holden para que este possa combater o MPLA. Alguns meses mais tarde, importantes somas de dinheiro são dadas, por intermédio da Zâmbia e do Zaire, a Savimbi, líder da UNITA».

Porém, ninguém melhor do que Sekou Touré, um dos mais prestigiosos líderes da revolução africana, sabe quem é Holden Roberto. Deixemos, pois, que ele no-lo diga:

«Quem é Holden Roberto? A verdade é que Holden Roberto, líder da FNLA, foi, de facto, lançado na cena política internacional e depois encorajado a tornar-se o porta-voz do movimento de libertação angolano, pela República da Guiné — o que geralmente se ignora em África e no mundo devido ao nosso silêncio voluntário sobre esta página da descolonização africana. Fomos nós que demos a Holden Roberto o seu primeiro passaporte diplomático, em 1958-1959. Fomos nós que o engajámos e tomámos fraternalmente a nosso cargo, na nossa Embaixada de Nova Iorque, de 1959 a 1960, na qualidade de empregado regular, de assalariado beneficiando das mesmas vantagens e privilégios que os nossos próprios nacionais. Fomos nós,

enfim, que fizemos este homem sair do anonimato... Foi no seio da diplomacia guineense que Holden Roberto foi contactado por certos serviços secretos do imperialismo, facto que só muito mais tarde viemos a saber».

Sobre a luta desencadeada pelo líder da FNLA, Holden Roberto, contra o colonialismo português, diz Sekou Touré:

«Holden não lutava senão contra os militantes do MPLA. De cada vez que o MPLA enviava para o interior do território angolano secções especializadas para lutarem contra as tropas portuguesas, eram as tropas da FNLA, que tinham as suas bases nas fronteiras zaienses, quem as massacrava. Isto é sobejamente conhecido da opinião pública mundial. Que as tropas de Holden Roberto jamais combateram contra o exército colonial português, essa é uma verdade que ninguém pode ignorar».

Entretanto, em 1966, surge outro movimento tribalista, liderado por um dos ex-homens de confiança de Holden Roberto e Ministro dos Negócios Estrangeiros do famigerado GRAE, o conhecido Jonas Savimbi, movimento que, para além de se destinar a dividir o Povo Angolano, tinha como principal finalidade combater a acção do MPLA nas zonas do Leste do País. Mas também a UNITA não deixa de ser referida por Sekou Touré:

«Ninguém ignora que a UNITA de Jonas Savimbi foi constituída para defesa dos interesses dos colonos portugueses e sul-africanos, cujo programa visava fazer de Angola um departamento português a soldo do imperialismo. A UNITA di-lo claramente no seu manifesto e foi nesta base que este movimento fantoche conduziu a luta contra o povo angolano».

Entretanto, quer graças aos poderosos golpes desferidos contra o colonialismo português pelo PAIGC, FRELIMO e MPLA, quer graças à maior consciencialização do Povo Português, após 14 anos de guerra nas colónias, deu-se em Portugal a queda do regime fascista vigente. O «25 de Abril» caracterizou-se, na sua 1.ª fase, pela «substituição do antigo fascismo por um novo, o de Spínola, que, de início, conseguiu impor-se perante o Movimento das Forças Armadas Portuguesas».

Na tentativa de impor em Angola um regime contrário aos interesses do Povo Angolano, o Imperialismo pôs-se em marcha e levou a cabo toda uma série de manobras tendentes à realização dos seus objectivos. Para destruir o MPLA tentou provocar a cisão no seu seio: assim surgiu a Revolta Activa e a Revolta do Leste, sendo esta última chefiada por Chipenda que, mais tarde, viria a integrar-se na FNLA.

Ao mesmo tempo que tentava destruir o MPLA, agindo no seu interior, o imperialismo preparava o encontro do Sal entre Mobutu e Spínola, onde se firmou um acordo que representava os interesses do capitalismo imperialista nas colónias portuguesas: o Zaire anexaria o território de Cabinda prometendo firmemente deixar liberdade de acção a certas potências capitalistas para que estas pudessem explorar os imensos jazigos existentes naquela província angolana. Quanto a Holden Roberto, seria imposto como chefe de Estado de Angola, o que constituía, sem dúvida, a garantia de que nenhum entrave seria posto à actuação dos imperialistas em Angola.

Para a realização deste plano, Mobutu contava com o apoio de Idi Amin Dada. Este, na qualidade de

(1) Eduardo Mondlane, *A Luta em Moçambique*, Pag. 102

O QUE PENSA SOBRE O PODER POPULAR?

Dia para dia, o processo revolucionário no nosso País avança na firme certeza de que a Revolução Nacional triunfará embora tenha de passar ainda por várias etapas. Paralelamente também avança a passos largos e firmes a consciência de classe das grandes massas trabalhadoras do País.

A Informação como veículo da expressão do sentimento humano, na República Popular de Angola, terá de servir com objectividade o anseio e os mais legítimos interesses das massas populares, essencialmente as camadas mais exploradas, operários e camponeses.

A recente publicação da Lei n.º 1/76, de 5 de Fevereiro, sobre o Poder Popular traduz a materialização dos alicerces sobre os quais assentará uma Sociedade Nova, onde não exista o diferendo explorados-exploradores.

Relativamente àquela lei e no firme propósito de auscultar a opinião das massas trabalhadoras a nossa reportagem deslocou-se à Zona Industrial de Luanda, mais precisamente para lá da 5.ª Avenida do Cazenga, onde em diversos complexos fabris, em jeito de conversa, registou alguns depoimentos.

Na Camisaria Martero, a funcionar em pleno, onde o «Produzir é Resistir» é um facto, elementos da sua Comissão Sindical, honraram-nos com as seguintes afirmações:

MINFA — Como se chama a camarada ?

— Chamo-me Teresa André.

MINFA — Que idade tem a camarada ?

TA — Tenho trinta e dois anos de idade.

MINFA — A camarada encontra-se a trabalhar aqui na fábrica já há muito tempo ?

TA — Há nove anos.



«... Povo unido e com bastante força»

MINFA — Camarada sabe o que é o Poder Popular ?

TA — É o povo unido e com bastante força.

MINFA — Supomos que a camarada sabe, mas se não, o nosso Governo publicou uma lei sobre o Poder Popular, chegou a ver nos jornais ou na rádio ?

TA — Não, não vi camarada quando saio daqui saio muito cansada e quando chego em casa é só dormir para descansar.

MINFA — A camarada concorda que seja verdadeiramente o Povo a mandar ?

TA — Concordo sim porque a terra é nossa.

MINFA — Como se chama ?

José Luís Afonso

MINFA — O camarada já trabalha aqui na camisaria há bastante tempo ?

JL — Sim camarada, trabalho aqui já há muito tempo, vim para aqui ainda muito novo, trabalho aqui há 23 anos.



«... significa o Povo unido e organizado para fazer uma força»

MINFA — A Camisaria só fabrica camisa ?

JL — Por enquanto só fabrica camisas mas dentro em breve ou melhor daqui há dois meses quando o patrão regressar de Portugal passará também a fazer calças.

MINFA — O camarada já ouviu falar do Poder Popular ?

JL — Já muitas vezes, camarada. Significa o povo unido e organizado para fazer uma força.

MINFA — Mas aonde é que teria ouvido falar do Poder Popular ?

JL — Em vários sítios: nos comícios que frequento sempre, até no DOM/REGIONAL também.

MINFA — O camarada há pouco falou em organização, tudo nos faz crer que aqui na fábrica o pessoal encontra-se devidamente organizado, não é verdade ?

JL — Sim camarada estamos organizados já temos aqui a nossa Comissão Sindical é a primeira vez que isso acontece, e foi eleita há um mês para cá. A Comissão de trabalhadores aqui não chegou a existir. E, a nossa Comissão Sindical é composta de sete camaradas.

MINFA — A Comissão Sindical tem também algumas camaradas, tem mulheres ?

JL — Somos três homens e quatro mulheres.

MINFA — Muito bem camarada. Então isto quer dizer que aqui na fábrica os camaradas política e sindicalmente estão organizados, não é assim ?

JL — É verdade camarada até temos contactado com a UNTA para nos dar alguns esclarecimentos.

MINFA — Ultimamente o nosso Governo, o Governo da República Popular de Angola fez sair uma lei, isto é, achou por bem fazer sair o significado de Poder Popular numa lei. Então, chegou a ler nos jornais ou ouviu na rádio esta lei ?

JL — Eu li, tenho lido muitas vezes mas ainda não cheguei de fixar lá muito bem porque há aí palavras para fixar bem, bem lá muito bem é preciso ler com atenção. Mas nós vamos fazer já um debate, um esclarecimento sobre essa lei.

MINFA — Mas os camaradas já têm aqui uma cópia sobre a lei do Poder Popular ?

JL — Ainda não temos camarada porque não nos deram mas temos a lei 11/75 e mais dois livros e nesta altura temos lido para fixar mais coisas, para transmitir aos outros camaradas trabalhadores.

(Concl. da pág. 2)

organizar uma retirada geral. Assim, quando a Comissão Directiva regressar o que é que a população vai dizer?

Estes actos só enfraquecem a nossa organização. Por isso nós afirmámos que dali, não arrancaria ninguém, porque o inimigo ainda não estava em Moçâmedes.

Eles estavam ainda a muitos quilómetros de distância e nós já estávamos a bazar.

Então, eles disseram que não avisaram a todos porque o transporte era pequeno e não chegava para todos. Sinceramente, se não chegava para todos, muito menos para a mobília, pois no lugar da mobília vão três ou quatro pessoas.

Deixem as mobílias e avisem o resto da população para se retirar também de Moçâmedes.

Nós continuámos a dizer, que dali não arrancaria ninguém. Vamos tentar organizar a defesa da cidade e se não conseguirmos, nessa altura arrancam todos.

Eles afirmavam que tinham de fugir, porque tinham de ir morrer na terra deles. Sinceramente, camaradas,

nós estamos em Angola e Moçâmedes também é Angola, mas como a situação não estava normal, aquilo já não era terra deles e por isso tinham de fugir.

Mas nós decidimos então, que só as crianças ou pessoas que não estivessem em condições de aguentar o embate, deveriam seguir para Luanda.

Foi então que um camarada nos veio alertar que no porto havia mais camaradas, nas mesmas circunstâncias. Dirigimo-nos então até ao porto de Moçâmedes e lá dissemos a mesma coisa que tínhamos dito no aeroporto: ou fugíamos todos, ou não foge ninguém. A partir daí, ainda surgiram mais divergências entre a cúpula e a base, porque não aceitaram a realidade. Portanto, eles tinham que fugir e nós tínhamos que ficar. Até que realmente o inimigo entrou e nós tivemos que sair.

Com a reconquista do território por parte das nossas FAPLA e o reaparecimento de toda a população, surgem outros problemas cuja solução, nós pensamos que seja prioritária. Se realmente estamos no caminho errado, precisamos que nos seja dado um esclarecimento.

(Concl. da pág. 9)

Presidente em exercício da Organização da Unidade Africana, apresentou, efectivamente, algumas propostas respeitantes ao problema da descolonização de Angola, que demonstram bem que Mobutu podia estar confiante na actuação do amigo. Senão vejamos: Idi Amin Dada ousou propor que Portugal adiasse alguns dias a proclamação da independência de Angola, que entregasse o poder à OUA e não ao povo angolano e que fosse enviada para Angola uma força armada da OUA que se substituiria aos portugueses. Esta posição assumida pelo Chefe de Estado ugandês constitui o mais descarado insulto ao Povo Angolano e à África, tal como a de todos aqueles que, no seio da OUA, têm insistido em colocar em pé de igualdade movimentos como a FNLA e a UNITA, cuja aliança com as forças imperialistas rodesiana e sul-africana é sobejamente conhecida de toda a opinião pública mundial, e o

MPLA, que tem beneficiado do apoio das forças progressistas do Mundo dentro do princípio do internacionalismo proletário. Tal como a daqueles que tentam deliberadamente confundir a África do Sul, que agrediu militarmente Angola, com os Estados que ajudam diplomática, material e militarmente a República Popular de Angola a resistir à agressão e a destruir as forças aliadas da África do Sul, da UNITA, da FNLA e do colonialismo português.

Que a FNLA e a UNITA se tenham aliado à África do Sul e à Rodésia, isso só vem, mais uma vez, comprovar o seu carácter de organizações a soldo do capitalismo imperialista.

O processo não é novo: tem-se repetido por todo o Mundo, sempre que um Povo se ergue em armas, firmemente decidido a conquistar uma independência verdadeira que lhe assegure o controlo efectivo do aparelho de Estado.

(Concl. da pág. 1)

riores hierárquicos, que andam como loucos pelas ruas das cidades «varrendo» tudo o que apareça na frente, que têm em si toda a sorte de vícios que possamos imaginar. É a figura que é conhecida pelo nome de «KAZUKUTEIRO».

Ele é um produto do regime de exploração do Homem pelo Homem. Para combatermos esta aberração — mais uma do sistema capitalista — não podemos perder de vista esta realidade.

A repressão em nada ajuda à resolução destes males; antes os agrava «ensina-nos» a experiência capitalista. Temos que ir às causas dos fenómenos e combatê-los de base.

É necessário antes do mais, engajar os «Kazukuteiros» no processo produtivo. A ociosidade gera vícios. Depois esforçarmo-nos por criar neles uma mentalidade nova, politizando-os, mostrando-lhes quais as cau-

sas por que eles são assim e consciencializando-os do novo papel que lhes cabe na sociedade, na situação revolucionária que ora atravessamos. É uma tarefa dura e longa. Mas que tem de ser realizada.

Esta luta diária, ocorre paralelamente àquela mais ampla que visa atacar a raiz do problema, deste e de todos os outros, que é o aniquilamento do capitalismo, o aniquilamento do regime de exploração do Homem pelo Homem. Porque dissemo-lo como a corrupção, tal como a criminalidade, tal como a indisciplina. É preciso eliminar o capitalismo para acabar com todos estes males, ao mesmo tempo que no dia a dia trabalhamos para o engajamento do homem angolano nas tarefas de transformação desta sociedade, numa sociedade progressiva, numa sociedade de Democracia Popular.

A LUTA CONTINUA!

Massificação Desportiva

A Massificação Desportiva é, no momento, um tema polémico acerca do qual nos devemos pronunciar.

Quando começamos a despir-nos dos atavismos colonial-fascistas e a consciencializar-nos do verdadeiro significado da luta anti-imperialista, muitos dirigentes e técnicos desportivos sentiram-se à deriva. No nosso País assistimos à interrupção dos campeonatos de Futebol, e à não realização de outros acontecimentos desportivos a que estávamos habituados. Uma transformação de valores, consequência de uma verdadeira luta de um povo que procura a sua independência no combate a todas as formas sociais caducas que o imperialismo aqui semeara:

Quais essas formas?

Pois a alienação de um povo a quem é «vendido», e a que preço, um desporto só praticado por uns quantos.

O elitismo de práticas desportivas dispendiosas às quais só têm acesso camadas sociais privilegiadas. A Vela, o Ténis, a Motonáutica, etc.

Enfim, uma não consciencialização do valor da prática desportiva e a sua não extensão a todos.

Porque ninguém condena, é bom esclarecermos, que se continue a organizar equipas com determinado tipo de apresentação e representatividade face ao desporto internacional. É interessante até ouvirmos Fidel Castro neste ponto: «É uma vitória tremenda do Desporto, é uma vitória extraordinária em muitos sentidos. Não queria aproveitar isto para fins políticos, mas surgiu a oportunidade dos povos subdesenvolvidos mostrarem que têm condições humanas para competir com países de grande desenvolvimento técnico...»

Portanto não vamos acabar com determinadas práticas desportivas mas vamos procurar que a todas elas tenha acesso a população do País. Mas tenha acesso real e não só para serem escolhidos os melhores e depois acabou. Os outros são mandados embora. Não. Da organização de campeonatos, regionais, provinciais,

nacionais é que se vão apurando as equipas mais representativas. Mas todos têm direito e obrigação de praticar desporto.

E não dizemos «obrigação» no ar. Mas antes porque é mesmo benéfico. Praticar desporto não é, não pode, não deve ser um luxo. Os recintos de Jogos, os clubes, os pavilhões, não podem mais albergar só determinadas camadas da população, mas antes sob orientação das organizações populares ligadas aos responsáveis desportivos dever-se-á programar de tal modo a utilização desses recintos ao ponto de todos lá poderem praticar. Para isso se prevê através de cursos, a formação de orientadores e monitores, que orientem e racionalizem essa prática desportiva.

Massificação e democratização do desporto não é acabar com as formas organizadas e organizativas do desporto no País. É antes uma procura de que todos, mas mesmo todos, possam ter acesso à educação física e desportiva porque isso é uma forma essencial para uma educação completa e permanente.

Noutra altura procuraremos debruçar-nos mais em concreto sobre o porquê e o como da contribuição da Educação Física e Desportiva para uma Educação completa.

Aqui parece ter ficado patente como não pode nenhum dirigente ou técnico desportivo sentir-se desligado da nova orientação do desporto, não podendo marginalizar a sua actividade; mas antes inserir-se num plano global, num plano que o partido e o Governo começam a definir, e que a Direcção-Geral irá concretizando.

E mais, contribuir decisivamente para que em conjunto, possamos acelerar o encontro das formas concretas dessa definição.

Avante por um desporto para todos.

(Colaboração do Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral de Educação Física e Desportos.)

COMUNICADO DO «COMITÉ» CENTRAL DO M.P.L.A.

Os massacres perpetrados pelos fanteoches energúmenos durante os meses em que ocuparam algumas áreas do nosso País, e em particular nas vésperas da libertação dessas áreas pelas gloriosas FAPLA, faziam prever o pior acerca do grupo de camaradas responsáveis JOAQUIM KAPANGO membro do «Bureau» Político e Coordenador da Comissão Directiva Provincial do Huambo, ALBANO MACHADO, membro da Comissão Directiva Provincial do Huambo, Engenheiro Técnico ANTÓNIO FARIA DE ASSIS, membro da Comissão Directiva Provincial do Huambo e Comandante BANDEIRA responsável do CIR do Huambo.

Desde a libertação das províncias do Huambo e Bié viveram-se momentos de ansiedade na expectativa de saber do destino dos quatro camaradas responsáveis.

Foi após as averiguações a que procedeu o Comando da Polícia Popular de Angola de 5 a 9 de Março que ficou confirmado o bárbaro assassinato dos quatro camaradas responsáveis, encontrados sepultados na área do Capolo, juntamente com centenas de outros camaradas que os fanteoches também assassinaram.

O «Comité» Central do MPLA inclina-se respeitosamente perante a memória dos seus heróicos responsáveis, manifestando em nome de todos os militantes o profundo reconhecimento pelos altos serviços prestados ao MPLA e ao Povo Angolano.

O «Comité» Central do MPLA manifesta às famílias atingidas a sua expressão de profundo pesar e da maior solidariedade militante.

HONRA A MEMÓRIA DOS HERÓIS

O «COMITÉ» CENTRAL DO MPLA